

O ministro da Economia

Haroldo Hollanda

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen mantém, desde os tempos da campanha eleitoral, um canal de comunicação direta com o presidente eleito Fernando Collor de Mello. Tem confiado a seus amigos mais íntimos que, na hipótese de Collor consultá-lo, ele indicaria o economista Afonso Celso Pastore para ministro da Economia do novo Governo. Considerado um dos mais brilhantes economistas da escola monetarista brasileira, Pastore revelou-se profissional competente no início de sua carreira, trabalhando na assessoria econômica de Delfim Netto, ao tempo dos governos Costa e Silva e Médici. Mais tarde, no governo Figueiredo, convidado por Delfim Netto, viria a ocupar a presidência do Banco Central. O único fator capaz de impedir sua nomeação para o Ministério da Economia seriam suas notórias ligações políticas com Delfim Netto.

Mas há quem entenda, na assessoria de Collor, que para implementar as reformas de que necessita, sem encontrar resistências traumáticas no meio sindical e em outros setores, o novo Presidente da República precisaria ter no comando da economia nacional um político com trânsito entre as esquerdas, como os deputados José Serra, do PSDB, ou César Maia, do PDT. Mas, num caso como no outro, as probabilidades de Maia ou Serra aceitarem essa missão são bastante remotas, pelo menos nas atuais circunstâncias, a não ser que elas mudem substancialmente. O PSDB decidiu assumir uma posição oposicionista em relação ao novo Governo, o que cria constrangimentos políticos para que o parlamentar "tucano" possa aceitar sua nomeação. Colegas de partido advertem ainda que Serra não admite ser ministro, sem dispor de seu mandato parlamentar, a ser renovado nas eleições de outubro de 90. O cargo de ministro de Estado é demissível *ad nutum* e Serra, sem mandato, po-

deria ter sua carreira pública interrompida no momento em que fosse, por um acidente político, obrigado a devolver suas funções ministeriais.

Há ainda outro dado importante contribuindo para que o PSDB mantenha uma posição de equidistância e afastamento em relação ao governo Collor. Os dirigentes do partido, mesmo os de linha mais moderada, e que não se recusariam a princípio em colaborar com a nova administração, acham que, por mais bem intencionado que Collor seja, o agravamento da crise brasileira é inevitável nos próximos meses. Em decorrência dessa constatação, chegam à conclusão de que para resolver a crise brasileira, que demandará tempo e paciência, só existe uma solução, que seria o parlamentarismo. Introduzido o parlamentarismo, acredita-se no PSDB que esta seria a hora histórica do partido, que possui em suas fileiras os quadros mais preparados para enfrentar os complexos problemas brasileiros da presente conjuntura.

Quanto ao deputado fluminense César Maia, do PDT, no momento em que se frustrou, ainda no curso da campanha eleitoral no primeiro turno, uma tentativa visando aproximá-lo politicamente de Collor, somaram-se, a partir daí, novos fatores, que distanciaram o parlamentar do presidente eleito. Hoje, César Maia tem como objetivo político prioritário não a ocupação do comando da economia nacional, mas a viabilização de sua candidatura a governador do Rio. Em função dessa sua ambição natural, o parlamentar fluminense, que sempre foi conhecido no PDT e no Congresso como um dos políticos de esquerda mais moderados, procura radicalizar suas últimas atitudes políticas, a fim de tornar possível sua candidatura numa aliança do PDT com o PT, nos termos nacionais de um grande acordo entre os dois partidos pregado por Brizola.